

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO (SEAD)

DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL

EDITAL Nº 1/2019 – ASP–DGAP, DE 24 DE JULHO DE 2019 – NORMATIVO

201

**AGENTE DE SEGURANÇA PRISIONAL
DE 3ª CLASSE**

Tipo “C”

Data e horário da prova:
Domingo, 24/11/2019, às 14 h.

Horário oficial de Brasília

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Vejo nelas gravadas as suas feições.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em documento específico e nele posicionadas suas respectivas assinaturas.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS

Questões de 1 a 20

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 10

Texto 1 para responder às questões de 1 a 3.

As Políticas de Segurança Pública no Brasil

O problema da segurança não pode estar apenas restrito ao repertório tradicional do direito e das instituições da justiça, particularmente, da justiça criminal, presídios e polícia. O Estado deve fortalecer a capacidade de gerenciar a violência no âmbito das políticas públicas de segurança. Deve também expandir o contato das instituições públicas com a sociedade civil na luta por segurança e qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Esta parceria entre o Estado e a sociedade civil é essencial para a criação de um novo referencial que veja na segurança espaço importante para a consolidação democrática e para o exercício de um controle social da segurança. O Estado, através da segurança pública, estabelece regras, programas, ações e mecanismos para a manutenção da ordem pública e controle da criminalidade, preventiva ou repressivamente, com a utilização das polícias e o auxílio dos cidadãos. Ou seja, os serviços públicos de segurança, tanto de natureza policial quanto não policial, devem buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança.

DAMÁZIO, Daiane da Silva. *O Sistema Prisional no Brasil: problemas e desafios para o serviço social*. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Geografia283197.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2019, com adaptações.

QUESTÃO 1

Acerca das relações que se estabelecem em “Esta parceria entre o Estado e a sociedade civil é essencial para a criação de um novo referencial que veja na segurança espaço importante para a consolidação democrática e para o exercício de um controle social da segurança.” (linhas de 8 a 12), as quais permitem a compreensão das ideias do autor em relação ao problema da segurança pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação de um novo referencial de segurança e a consolidação da democracia são consequências da parceria entre o Estado e a sociedade civil.
- (B) A criação de um novo referencial de segurança é causa da consolidação democrática e do exercício de um controle social.
- (C) A criação de um novo referencial de segurança exemplifica a consolidação democrática e o exercício de um controle social de segurança pública.
- (D) A criação de um novo referencial de segurança explica o quão essencial é a parceria entre o Estado e a sociedade civil.
- (E) A criação de um novo referencial de segurança e a consolidação democrática são a finalidade da parceria entre o Estado e a sociedade civil.

Área livre

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa em que todas as palavras são acentuadas por serem proparoxítonas ou paroxítonas terminadas em ditongo.

- (A) “cidadãos” (linha 16), “democrática” (linha 11), “exercício” (linha 11), “auxílio” (linha 16).
- (B) “violência” (linha 5), “públicas” (linha 5), “instituições” (linha 6), “cidadãos” (linha 8).
- (C) “presídios” (linha 3), “polícia” (linha 4), “âmbito” (linha 5), “públicas” (linha 5).
- (D) “através” (linha 12), “ações” (linha 13), “auxílio” (linha 16), “também” (linha 6).
- (E) “repertório” (linha 2), “ações” (linha 13), “também” (linha 6), “presídios” (linha 3).

QUESTÃO 3

Com relação à tipologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Os dois primeiros períodos correspondem à tese de um texto dissertativo-argumentativo, em que se apresenta um ponto de vista acerca da segurança em geral.
- (B) O texto é expositivo e argumentativo, já que, além de informar o leitor quanto à segurança pública no Brasil, apresenta opinião a respeito do tema.
- (C) O parágrafo corresponde à introdução de um texto narrativo, em que se apresenta a história da segurança pública no Brasil e da consolidação da democracia.
- (D) O texto é predominantemente descritivo, uma vez que objetiva caracterizar, de forma detalhada, a segurança pública no Brasil.
- (E) O parágrafo é injuntivo, visto que pretende convencer o leitor da importância da parceria entre o Estado e a sociedade civil na consolidação democrática.

Área livre

Texto 2 para responder às questões 4 e 5.

Desde que funciona o novo sistema penal — o definido pelos grandes códigos dos séculos 18 e 19 — um processo global levou os juizes a julgar coisa bem diversa do que crimes: foram levados em suas sentenças a fazer coisa diferente de julgar; e o poder de julgar foi, em parte, transferido a instâncias que não são as dos juizes da infração. A operação penal inteira se carregou de elementos e personagens extrajurídicos. Pode-se dizer que não há nisso nada de extraordinário, que é do destino do direito absorver pouco a pouco elementos que lhe são estranhos. Mas uma coisa é singular na justiça criminal moderna: se ela se carrega de tantos elementos extrajurídicos, não é para poder qualificá-los juridicamente e integrá-los pouco a pouco no estrito poder de punir; é, ao contrário, para poder fazê-los funcionar no interior da operação penal como elementos não jurídicos; é para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal; é para escusar o juiz de ser pura e simplesmente aquele que castiga. A justiça criminal hoje em dia só funciona e só se justifica por essa perpétua referência a outra coisa que não é ela mesma, por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. RJ: Vozes, 2013, p. 25–26, com adaptações.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa em que o referente semântico da palavra sublinhada em “Pode-se dizer que não há nisso nada de extraordinário, que é do destino do direito absorver pouco a pouco elementos que lhe são estranhos.” (linhas de 8 a 10) está corretamente indicado.

- (A) Na presença de “elementos e personagens extrajurídicos” (linhas 7 e 8).
- (B) Em uma “operação penal inteira” (linha 7).
- (C) Em “grandes códigos dos séculos 18 e 19” (linha 2).
- (D) Em “um processo global” (linha 3).
- (E) Em um “sistema penal – o definido pelos grandes códigos” (linhas 1 e 2).

QUESTÃO 5

Em “Mas uma coisa é singular na justiça criminal moderna: se ela se carrega de tantos elementos extrajurídicos, não é para poder qualificá-los juridicamente e integrá-los pouco a pouco no estrito poder de punir” (linhas de 10 a 14), a conjunção que inicia o período apresenta ideia que

- (A) corrobora a de que é comum na justiça criminal absorver elementos e personagens extrajurídicos e, por isso, pode ser substituída por “Portanto”, sem incorrer em prejuízo gramatical e semântico.
- (B) se diferencia da que é extraordinário na justiça criminal absorver elementos e personagens extrajurídicos e, por isso, pode ser substituída por “Dessa maneira”, sem incorrer em prejuízo gramatical e semântico.
- (C) contradiz a de que é comum na justiça criminal absorver elementos e personagens extrajurídicos e, por isso, pode ser substituída por “Embora”, sem incorrer em prejuízo gramatical e semântico.
- (D) se opõe à de que é comum na justiça criminal absorver elementos e personagens extrajurídicos e, por isso, pode ser substituída por “No entanto”, sem incorrer em prejuízo gramatical e semântico.

- (E) explica que é próprio da justiça criminal absorver elementos e personagens extrajurídicos e, por isso, pode ser substituída por “Assim”, sem incorrer em prejuízo gramatical e semântico.

Texto 3 para responder às questões de 6 a 9.

Como a prisão muda a personalidade de detentos

É quase inevitável que o tempo passado na prisão — em um ambiente altamente estruturado, mas ameaçador — provoque mudanças na personalidade. Especialmente para as pessoas preocupadas em como reabilitar o prisioneiro, o problema é que essas mudanças de personalidade, embora ajudem o indivíduo a sobreviver à prisão, são contraproducentes para sua vida após a soltura.

Como exemplo, há os resultados de entrevistas em profundidade conduzidas com 25 ex-condenados à prisão perpétua (incluindo duas mulheres) em Boston, nos EUA, que passaram em média 19 anos na prisão.

Ao analisar as suas narrativas, a psicóloga Marieke Liema e o criminologista Maarten Kunst descobriram que o grupo desenvolveu “traços de personalidade institucionalizados”, como “desconfiar dos outros, dificuldade de se relacionar e de tomar decisões”.

Um ex-presidiário de 42 anos disse: “Eu ainda meio que ajo como se estivesse na prisão. E, assim, você não é como um interruptor ou uma torneira. Não dá para simplesmente se desligar. Quando você faz algo por um período longo... isso se torna parte de você”.

JARRETT, C. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-44282247>>. Acesso em: 13 set. 2019, com adaptações.

QUESTÃO 6

Considerando como referência a norma-padrão e as questões gramaticais relativas ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A substituição do título pela redação **Como é mudado pela prisão a personalidade de detentos** está correta, pois foi preservada a conformidade com as regras de concordância.
- (B) Caso o autor resolvesse empregar a construção **de entrevistados**, logo após o termo sublinhado no trecho “descobriram que o grupo desenvolveu” (linhas 13 e 14), a forma verbal “desenvolveu” deveria obrigatoriamente permanecer na terceira pessoa do singular.
- (C) No lugar do verbo “há” (linha 8), o autor poderia empregar a forma verbal **existe**.
- (D) A redação **que submeteram-se em média a 19 anos na prisão** está correta do ponto de vista da colocação do pronome **se**, por isso poderia substituir a oração “que passaram em média 19 anos na prisão” (linha 11).
- (E) A redação **o problema são essas mudanças de personalidade, os quais, embora ajudem o indivíduo a sobreviver à prisão, são contraproducentes para sua vida após a soltura.**, por estar totalmente correta do ponto de vista da concordância, poderia substituir o trecho “o problema é que essas mudanças de personalidade, embora ajudem o indivíduo a sobreviver à prisão, são contraproducentes para sua vida após a soltura.” (linhas de 5 a 7).

QUESTÃO 7

A respeito das estruturas do texto e das regras para o uso do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “sobreviver à prisão” (linha 6) evidencia um caso de uso opcional do sinal indicativo de crase.
- (B) O autor poderia optar por substituir a construção “a sobreviver” (linha 6) pela redação **à sobreviver**.
- (C) Logo após o trecho “Ao analisar as suas narrativas” (linha 12), o autor poderia empregar a construção **à princípio**, que exemplifica o correto uso do sinal indicativo de crase.
- (D) A correção seria preservada caso o trecho “incluindo duas mulheres” (linha 10) fosse substituído pela redação **acrescentando à essa lista duas mulheres**.
- (E) Caso o autor resolvesse substituir o vocábulo sublinhado no trecho “após a soltura” (linha 7) pela construção **posterior**, a redação correta deveria ser **posterior à soltura**.

QUESTÃO 8

Considerando a hipotética necessidade de se registrar, no **livro de ocorrências** de uma penitenciária, o trecho “disse: ‘Eu ainda meio que ajo como se estivesse na prisão. E, assim, você não é como um interruptor ou uma torneira. Não dá para simplesmente se desligar.’” (linhas de 17 a 20), assinale a alternativa que apresenta a redação mais compatível com o conteúdo original e com o nível de formalidade adequado à suposta situação comunicativa.

- (A) Comentou que vivia ainda como se fosse um preso e que você não é como um interruptor ou uma torneira pra ser desligado simplesmente.
- (B) Falou que ainda se comportava como quando estava na prisão, onde as pessoas não são como um interruptor ou uma torneira, que não podem ser simplesmente apagados.
- (C) Relatou que ainda agia como se estivesse na prisão e ressaltou que o ser humano, diferentemente de um interruptor ou de uma torneira, não pode ser simplesmente desligado.
- (D) Contou que agia meio como se ainda residisse na prisão e destacou que a gente é diferente de um interruptor ou de uma torneira, que podem ser simplesmente desligados.
- (E) Veio a contar para mim que ainda se sentia como se estivesse na prisão e relatou-me que, ao contrário do que se imagina, não era um interruptor ou uma torneira pra estar desligado.

Área livre

QUESTÃO 9

Suponha que a psicóloga Marieke Liema, a **serviço da Universidade Estadual de Goiás**, estivesse interessada em realizar **entrevistas com detentos de alguns presídios goianos** e que, para isso, fosse necessário emitir um expediente ao **Diretor-Geral de Administração Penitenciária do Estado de Goiás**, com a finalidade de apresentar a proposta e solicitar a realização do trabalho. De acordo com as normas prescritas pelo **Manual de Redação da Presidência da República**, nesse contexto comunicativo, a suposta correspondência

- (A) deveria apresentar o fecho alinhado à margem esquerda da página.
- (B) poderia ser escrita em linguagem informal, pois os interlocutores estariam em um mesmo nível hierárquico.
- (C) deveria conter, no texto do local e da data da expedição do documento, a estrutura **Cidade-UF, XX/XX/XX**.
- (D) deveria dispensar o uso do vocativo, pois, no corpo do texto, seria citado o nome do destinatário.
- (E) poderia, preferencialmente, apresentar na introdução a construção **Tenho a honra de informar que**.

Texto 4 para responder à questão 10.

Relações entre servidores penitenciários e presos são a chave

Quando as pessoas pensam em prisões, elas tendem a considerar seu aspecto físico: muros, cercas, um prédio com portas trancadas e janelas com barras. Na realidade, o aspecto mais importante de uma prisão é sua dimensão humana, uma vez que as prisões são instituições essencialmente voltadas para pessoas. Os dois grupos de pessoas mais importantes em uma prisão são os presos e os servidores penitenciários que cuidam deles. O segredo para uma prisão bem administrada é a natureza da relação entre esses dois grupos.

COYLE, A. *Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos*. Manual para servidores penitenciários. Brasília: Ministério da Justiça, 2002, p. 21.

QUESTÃO 10

Com base nas relações morfossintáticas estabelecidas pelo autor no primeiro período, assinale a alternativa correta.

- (A) Na linha 1, a conjunção “Quando” relaciona orações coordenadas entre si.
- (B) Na linha 1, a exclusão do pronome “elas” alteraria a estrutura do período, pois o predicado da segunda oração passaria a se referir a um sujeito indeterminado.
- (C) As formas verbais “pensam” (linha 1) e “tendem a considerar” (linhas 1 e 2) referem-se ao mesmo sujeito sintático: “as pessoas” (linha 1).
- (D) Os termos “em prisões” (linha 1) e “seu aspecto físico” (linha 2) funcionam como complementos verbais e classificam-se, respectivamente, como objeto indireto e objeto direto.
- (E) Na linha 2, o adjetivo “físico” completa o sentido do substantivo “aspecto”, por isso desempenha a função de complemento nominal.

QUESTÃO 11

Mais um indicador econômico comprova que a economia goiana tem crescido mais que a média brasileira. Informe técnico elaborado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos (IMB), da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), mostra que o produto interno bruto (PIB) de Goiás cresceu 1,8% no primeiro trimestre de 2018, diante de 1,2% no Brasil.

Disponível em: <<https://diariodegoias.com.br/noticias/economia>>.
Acesso em: 20 set. 2019, com adaptações.

No que se refere ao tema do texto, em relação aos fatores responsáveis pelo crescimento econômico de Goiás em 2018, assinale a alternativa correta.

- (A) O setor de serviços foi o maior responsável pelo desenvolvimento econômico de Goiás no ano de 2018.
- (B) O setor industrial sofreu uma enorme retração no primeiro trimestre de 2018, indicando taxas negativas de crescimento econômico.
- (C) Acompanhando o ritmo nacional, a agropecuária goiana sofreu, em 2018, uma retração de aproximadamente 2,6%, a mesma média do Brasil.
- (D) A indústria goiana foi o único setor de atividades econômicas que apresentou índices positivos no ano de 2018.
- (E) O setor agropecuario foi a grande responsável pelo bom desempenho econômico do estado goiano em 2018.

QUESTÃO 12

Nas últimas décadas, o bioma cerrado, presente no território goiano, transformou-se em uma nova e importante fronteira agrícola brasileira. Essa transformação modificou os aspectos socioeconômicos regionais e impulsionou a produtividade agropecuária, tornando o Brasil um dos principais produtores mundiais de *commodities* agrícolas.

No que tange às transformações socioeconômicas e ao aumento da produtividade no cerrado, assinale a alternativa correta.

- (A) O aumento da produtividade de *commodities* agrícolas em Goiás só foi possível com a implantação do modelo de agricultura familiar.
- (B) A agricultura tradicional, praticada no estado de Goiás, é a responsável pelo crescimento das exportações de *commodities* agrícolas.
- (C) O bom desempenho do agronegócio goiano se deve à pesquisa e à tecnologia implementadas no cerrado pela agricultura moderna.
- (D) A alta produtividade do cerrado está relacionada com a boa qualidade do solo, que dispensa correção e adubos.
- (E) O clima predominantemente ameno na região do cerrado, com chuvas distribuídas ao longo de todos os meses do ano, constitui fator importante para o aumento da produtividade agrícola.

Área livre

QUESTÃO 13

A Secretaria de Segurança Pública do Estado apresentou, no dia 21/9/2018, os balanços operacionais dos observatórios de segurança das regionais de Jataí e Rio Verde, ambas na região sudoeste de Goiás, referentes aos meses transcorridos de 2018. Eles expõem os resultados obtidos de janeiro a setembro deste ano pelo plano de segurança “Goiás Seguro”, com ênfase nos indicadores de criminalidade monitorados pelos observatórios.

Disponível em: <<https://diariodegoias.com.br/>>.
Acesso em: 11 set. 2019, com adaptações.

No que se refere aos resultados obtidos de janeiro a setembro pelo plano de segurança “Goiás Seguro”, assinale a alternativa correta.

- (A) As duas regionais apresentaram os piores resultados pelo plano “Goiás Seguro”.
- (B) No cumprimento das metas definidas no “Goiás Seguro”, as regionais de Jataí e Rio Verde alcançaram os melhores resultados no conjunto de ações, processos, projetos, estratégias e programas sociais implementados para a segurança pública.
- (C) Somente a regional de Rio Verde cumpriu 100% do plano de segurança “Goiás Seguro”, obtendo os melhores resultados.
- (D) De acordo com o balanço do plano “Goiás Seguro”, Jataí apresentou os melhores resultados, enquanto Rio Verde ficou entre as últimas colocadas em todo o estado.
- (E) Além do número de estupros, que teve aumento de 15% no período, todos os demais indicadores apresentaram aumento significativo no montante de ocorrências no estado de Goiás.

QUESTÃO 14

Após a ocorrência de três motins em presídios goianos, sendo dois deles na Colônia Agroindustrial do Regime Semiaberto, em Aparecida de Goiânia, onde foram registrados vários acontecimentos, como a fuga de muitos presos, foi designada uma série de ações por parte dos Poderes Executivo e Judiciário de Goiás, entre as quais é correto destacar

- (A) a limitação do número de beneficiados com o regime semiaberto em, no máximo, 10% dos detentos.
- (B) o fim do regime de progressão continuada da pena.
- (C) a regionalização dos presídios, com a construção de novas unidades prisionais em Anápolis, Formosa, Águas Lindas, Planaltina e Novo Gama.
- (D) a centralização do sistema prisional do estado de Goiás na cidade de Goiânia, que oferece melhores condições operacionais e infraestrutura adequada.
- (E) as transferências de todos os presos para presídios federais.

Área livre

QUESTÃO 15

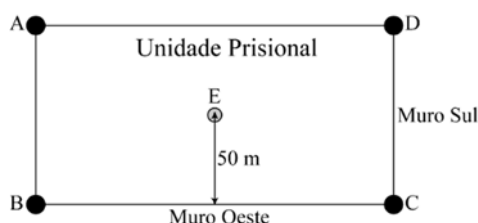
Suponha que, em uma unidade prisional, após um pequeno motim debelado pelos agentes de segurança prisional, três presos A, B e C tenham sido levados ao interrogatório para esclarecimento do fato. Os três presos trocaram acusações entre si e deram as declarações a seguir.

- O preso B está mentido – disse o preso A.
- O preso C está mentindo – disse o preso B.
- O preso A e o preso B estão mentindo – disse o preso C.

Com base nessas declarações, é correto concluir que

- (A) A e C mentem.
- (B) A e B mentem.
- (C) apenas A mente.
- (D) apenas C mente.
- (E) apenas B mente.

QUESTÃO 16



Suponha que uma unidade prisional seja limitada por um muro retangular e que haja quatro torres de vigilância – A, B, C e D – em cada um de seus vértices. No centro da unidade, equidistante dessas quatro torres, haveria uma quinta torre E de vigilância e coordenação. A distância entre as torres A e C seria de 260 metros, e a torre E estaria a uma distância de 50 metros do muro oeste da unidade prisional. Qual seria o perímetro, em metros, da unidade prisional?

- (A) 680
- (B) 620
- (C) 640
- (D) 580
- (E) 660

QUESTÃO 17

$$A = (a_{ij})_{3 \times 3} = \begin{pmatrix} x & w & 6 \\ y & 12 & 8 \\ z & t & 10 \end{pmatrix}$$

Considere que o conjunto carcerário de uma unidade prisional seja composto de quatro blocos. Cada um desses blocos teria três alas, cada uma com três celas coletivas. Na matriz $A = (a_{ij})_{3 \times 3}$, cada elemento a_{ij} representa o número de encarcerados na cela i , $1 \leq i \leq 3$, da ala j , $1 \leq j \leq 3$ do bloco A. Sabe-se que a ala 1 tem 8 presos a menos que a ala 2 e o total de presos do bloco A é igual a 78. Qual é o número de presos na ala 1 do bloco A da unidade prisional?

- (A) 25
- (B) 26
- (C) 24
- (D) 23
- (E) 22

QUESTÃO 18

Com relação ao uso de fórmulas de cortesia (tais como cumprimentos e agradecimentos) na comunicação interpessoal dos agentes prisionais de 3ª classe em contatos com presos ou internos, assinale a alternativa correta.

- (A) Viola o princípio da impessoalidade, caracterizando, portanto, prática ilegal.
- (B) Fundamenta-se em princípios universais e permanentes, tendo, portanto, caráter ético.
- (C) Viola os princípios éticos, uma vez que pode variar no espaço e no tempo.
- (D) Viola as práticas de moralidade, por não se prestar a qualificar o comportamento humano em termos de bem e mal.
- (E) Ancora-se na cultura de grupo e pode variar no tempo e no espaço.

QUESTÃO 19

O servidor público deve se fundamentar nos valores éticos para tomadas de decisão concernentes à

- (A) legalidade.
- (B) oportunidade.
- (C) eficiência.
- (D) honestidade.
- (E) conveniência.

QUESTÃO 20

Sabendo que o agente prisional de 3ª classe não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta, tem-se que, no exercício da atividade de contrainvestigação prisional, é permitido

- (A) sabotar.
- (B) salvaguardar dados e conhecimentos produzidos por agentes públicos.
- (C) conferir acesso irrestrito a processos sigilosos.
- (D) omitir ou falsear a verdade.
- (E) vaziar informações.

Área livre

QUESTÃO 21

O Regime Disciplinar Diferenciado é uma modalidade especial de cumprimento da pena no regime fechado, previsto no art. 52 da Lei de Execuções Penais. Consiste na permanência do presidiário, provisório ou condenado, em cela individual, com limitações ao direito de visita e do direito de saída da cela. Seja como sanção disciplinar (art. 52, *caput*) ou como medida disciplinar (art. 52, §§ 1º e 2º), a aplicação de tais sanções encontra críticas no que diz respeito à sua constitucionalidade, pois a parcela mais crítica da doutrina brasileira afirma que o Regime Disciplinar Diferenciado (Lei nº 10.792/2013) não possui tipos penais bem definidos. Isso dificulta a aplicação dos tipos penais aos presos que eventualmente pratiquem as condutas descritas em lei, pois a excessiva indeterminação material dos termos origina imprecisão nas interpretações. Tais argumentos se fundamentam no princípio da

- (A) culpabilidade.
- (B) legalidade.
- (C) insignificância.
- (D) isonomia.
- (E) ofensividade.

QUESTÃO 22

Suponha que A. D. M. tenha sido condenado à pena de seis anos de reclusão pela prática de roubo simples (art. 157, *caput*, do Código Penal). Considerando o flagrante delito ocorrido em 21 de março de 2017, sem levar em conta as demais regras da progressão de regime, a rigor, A. D. M. deve ser colocado em liberdade em

- (A) 22 de março de 2023.
- (B) 18 de março de 2023.
- (C) 20 de março de 2023.
- (D) 21 de março de 2023.
- (E) 19 de março de 2023.

QUESTÃO 23

E. L. P. pegou o carro de M. A. V., com devida anuência, para limpeza no lava a jato. Após a lavagem, E. L. P. decidiu não mais devolver o carro e sumiu. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa que indica o crime praticado por E. L. P.

- (A) Furto qualificado pela fraude
- (B) Furto simples
- (C) Estelionato
- (D) Apropriação indébita
- (E) Roubo simples

Área livre

QUESTÃO 24

Considere hipoteticamente que H. T. B., mediante conhecido na região do Rio Vermelho, no horário de almoço, próximo ao restaurante XYZ, foi preso por estar fumando um cigarro de maconha. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) a conduta de H. T. B. configura uso de drogas, o qual ainda é crime, embora tenha ocorrido sua despenalização, ou seja, não se aplica pena privativa de liberdade.
- (B) a conduta de H. T. B. é atípica, tendo em vista a grande quantidade de droga adquirida para uso próprio.
- (C) o Princípio da Consunção é reconhecido e aplicável ao caso, pois não há ofensa a terceiros, apenas ao próprio corpo, tornando a conduta atípica.
- (D) H. T. B. praticou tráfico ilícito de drogas, previsto no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.
- (E) o Princípio da Adequação Social é aplicável, pois se trata de tráfico de drogas.

QUESTÃO 25

A respeito da Lei nº 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

- (A) A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.
- (B) O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.
- (C) A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o *animus corrigendi, disciplinandi*, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.
- (D) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.
- (E) O dolo específico não constitui elemento fundamental para a configuração das modalidades do crime de tortura previstas no art. 1º da Lei nº 9.455/1997.

QUESTÃO 26

Em certo domingo, J. M. S., com vontade livre e consciente, sacou a própria arma, devidamente registrada, e efetuou disparos de arma de fogo, por diversão, nas proximidades da feira permanente de sua cidade. A ação ocorreu por volta de 10 horas, exatamente no momento em que J. M. S. passava de carro pela avenida central, em sentido à rodoviária. Nessa situação hipotética, ele responderá por

- (A) comércio ilegal de arma de fogo.
- (B) homicídio qualificado tentado.
- (C) perigo para a vida ou para a saúde de outrem.
- (D) lesão corporal gravíssima tentada.
- (E) disparo de arma de fogo em via pública.

Área livre

QUESTÃO 27

O Código Penal estabelece o crime de peculato nos termos do art. 312, conforme a seguir.

“Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa. § 1º – Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário. § 2º – Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem: Pena – detenção, de três meses a um ano.”

Com base nessa informação, se um funcionário público concorre para que outrem se aproprie, desvie ou subtraia o objeto material da proteção penal, em razão de sua inobservância ao dever objetivo de cuidado necessário, configura-se

- (A) peculato-furto.
- (B) peculato-desvio.
- (C) peculato-culposo.
- (D) peculato-apropriação.
- (E) peculato-posse.

QUESTÃO 28

O sistema penal constitucional estabelece disposições específicas para a elaboração de normas infraconstitucionais, bem como orienta a atuação de todos os agentes envolvidos com a questão da segurança pública. No que se refere às disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, assinale a alternativa correta.

- (A) As penas privativas de liberdade poderão ser impostas aos sucessores do condenado.
- (B) A prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentora de função pública.
- (C) A lei penal não retroagirá, mesmo que seja para beneficiar o réu.
- (D) Os presos têm assegurado o respeito à respectiva integridade física, mas não à integridade moral.
- (E) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com os próprios filhos durante o período de amamentação.

QUESTÃO 29

A partir do momento em que determinado delito é praticado, surge para o Estado o poder-dever de punir o suposto autor do ilícito. Assim, para que o Estado possa deflagrar a persecução criminal em juízo, é indispensável a presença de elementos de informação quanto à autoria e quanto à materialidade da infração penal. Diferencia-se o inquérito policial da instrução processual por esse motivo. Acerca do valor probatório do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Os elementos de informação, em que pese sejam colhidos na fase de investigação, possuem valor probatório absoluto no processo penal, quando inexistir outro elemento de prova que possa servir de convicção ao juízo.

- (B) Os elementos de informação, colhidos na fase inquisitorial, jamais serão admitidos como base de convicção jurisdicional.
- (C) Não há o que se falar em produção de elementos de informação em inquérito policial, sem que haja irrestrito respeito à ampla defesa e ao contraditório.
- (D) Os elementos do inquérito não podem influir na formação do livre convencimento do juiz para a decisão da causa, mesmo quando complementam outros indícios e provas que passam pelo crivo do contraditório em juízo.
- (E) Levando-se em consideração que os elementos de informação quanto à autoria e à materialidade do delito não são colhidos sob a égide do contraditório e da ampla defesa, deduz-se que o inquérito policial tem valor probatório relativo.

QUESTÃO 30

Suponha que um agente de segurança prisional tenha sido preso preventivamente no curso do inquérito policial que investiga a prática do crime de concussão, o qual, segundo o art. 316 do Código Penal consiste em “exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, cuja pena é de reclusão, de dois a oito anos, e multa”. O agente exigiu R\$ 5.000,00 de um preso, para permitir a entrada de aparelho celular na casa prisional em que trabalha. Considerando que ele ficará preso até o início da ação penal, e com base nos prazos de conclusão do presente inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias, se o delito for de competência da Justiça Federal e o indiciado estiver preso.
- (B) O inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 30 dias, independentemente de decretação de prisão preventiva ou não.
- (C) O inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 dias se o indiciado estiver preso em flagrante ou em virtude de prisão preventiva, a partir da data em que se efetiva o mandato de prisão.
- (D) O inquérito policial somente deverá ser concluído no prazo de 15 dias se o indiciado estiver preso em virtude de prisão preventiva, a partir da data da decretação da medida odiosa.
- (E) O inquérito policial somente deverá ser concluído no prazo de 10 dias se o indiciado estiver preso em virtude de prisão preventiva, a partir da data da decretação da medida odiosa.

Área livre

QUESTÃO 31

“Por mais que se queira negar, a pena é castigo. Diz-se, também, que a sua finalidade precípua é reeducar para ressocializar, reinserir, reintegrar o condenado à comunidade. O cárcere contudo, não tem função educativa; é simplesmente um castigo, e, como já se disse, esconder sua verdadeira e íntima essência sob outros rótulos é ridículo e vitoriano.”

TOURINHO FILHO, F. da C. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 642.

Considerando o texto apresentado, no que se refere às prisões-pena, assinale a alternativa correta.

- (A) Consiste em sofrimento imposto pelo Estado ao infrator, em execução de uma sentença penal recorrível, como retribuição ao mal praticado, a fim de reintegrar a ordem injuriada.
- (B) Consiste em sofrimento imposto pelo Estado ao infrator, em execução de uma sentença penal condenatória irrecorrível como retribuição ao mal praticado, a fim de reintegrar a ordem injuriada.
- (C) Consiste em sofrimento imposto pelo Estado ao infrator, em execução de uma sentença penal condenatória irrecorrível, como retribuição ao mal praticado, a fim de reintegrar a ordem injuriada, sendo possível a sua execução antecipada antes mesmo de ocorrido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (D) Não se pode fazer diferenciação acerca das prisões, pois todas elas são restritivas de liberdade.
- (E) Constitui nova modalidade de medida cautelar e tem por finalidade assegurar o profícuo andamento do processo.

QUESTÃO 32

A respeito do princípio da unidade da jurisdição, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele assegura às partes um julgamento coeso, sem divergências entre a prova dos autos e a decisão de mérito.
- (B) Segundo esse princípio, não há pena sem processo.
- (C) Conforme o referido princípio, somente o órgão jurisdicional, constitucionalmente competente, pode processar e julgar uma causa.
- (D) Esse é o princípio segundo o qual a jurisdição, como função do poder soberano do Estado de aplicar a lei ao caso, é única em si e nos seus fins.
- (E) Ele visa a assegurar que as partes sejam julgadas por um juiz imparcial e independente.

QUESTÃO 33

Considere hipoteticamente que uma pessoa cometa um homicídio e que o fato seja noticiado nos jornais. Todos os juízes tomam conhecimento, porém nada podem fazer, pois a persecução penal deve ser deflagrada pelo Ministério Público.

Esse caso refere-se ao princípio da jurisdição denominado princípio do(a)

- (A) direito de agir do Estado.
- (B) indeclinabilidade da jurisdição.
- (C) indelegabilidade da jurisdição.
- (D) juiz natural.
- (E) unidade de jurisdição.

QUESTÃO 34

Um agente de segurança prisional solicitou vantagem indevida da esposa de um preso, para que ela tenha algumas “regalias” dentro do estabelecimento prisional em que ele trabalha, em dias de visitas. O agente praticou crime de corrupção, mesmo que não seja atendido na sua solicitação. A pena máxima em abstrato é de 12 anos de reclusão. Esse crime será processado e julgado pela ação penal de natureza

- (A) pública incondicionada, mas de titularidade subsidiária dos familiares do preso, por ser a honra do preso bem jurídico personalíssimo do ofendido.
- (B) pública condicionada à representação, de titularidade do ofendido, uma vez que possui pena máxima em abstrato maior de quatro anos.
- (C) privada, ou seja, de titularidade do preso, por ser a honra dos familiares do preso bem jurídico personalíssimo do ofendido.
- (D) pública incondicionada, de titularidade do Ministério Público (MP), uma vez que possui pena máxima em abstrato maior de quatro anos.
- (E) pública condicionada à representação, mas de titularidade do MP, uma vez que todas as ações penais públicas são de titularidade do MP.

QUESTÃO 35

No que tange aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo e julgamento nesses crimes competirá ao chefe imediato do funcionário público.
- (B) O juiz rejeitará a queixa ou denúncia em despacho fundamentado, caso seja convencido pela resposta do acusado ou do seu defensor da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- (C) Os crimes de responsabilidade são crimes inafiançáveis.
- (D) Se o servidor público se achar fora da jurisdição do juiz, será considerado revel.
- (E) A queixa ou a denúncia poderão ser anônimas, não necessitando, inicialmente, de nenhum documento que a instrua ou de qualquer declaração acerca da impossibilidade de apresentação de provas.

QUESTÃO 36

O *habeas corpus* é uma garantia constitucional em que se obtém, por meio da ação, uma ordem escrita tutelando a liberdade de locomoção, o direito de ir e vir, e de não ser preso. Acerca do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) É medida que tutela o direito de permanecer, de ir e vir e de não ser preso.
- (B) É medida que tutela o direito de permanecer, de ir e vir e de não ser preso em nenhuma situação.
- (C) É medida que protege direito líquido e certo.
- (D) Pode ser paciente qualquer pessoa natural ou jurídica.
- (E) É medida que tutela o direito patrimonial, mesmo quando por ordem de autoridade judiciária incompetente.

QUESTÃO 37

A Lei nº 7.210/1984 dispõe, no art. 1º, que a execução penal tem por objetivo proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Nesse sentido, ela prevê uma série de direitos e deveres aos condenados e internados para efetivar os próprios objetivos. Considere que, durante a execução das próprias atividades, um agente de segurança prisional é questionado por um preso condenado a pena privativa de liberdade acerca dos direitos e deveres deste, relacionados ao trabalho prisional.

Com relação a essa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) O trabalho externo será admitido, mesmo para o preso do regime fechado, desde que cumpridas algumas condições dispostas em lei, bem como expressa autorização judicial.
- (B) O trabalho do preso será remunerado, estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) O preso provisório, diferentemente do condenado à pena definitiva, não está obrigado ao trabalho.
- (D) Entre os deveres do condenado a pena privativa de liberdade, não está o de executar eventual trabalho recebido, pois não há comando legal que o obrigue a trabalhar.
- (E) A contagem do tempo de remição de pena para o condenado em regime fechado que trabalha no estabelecimento prisional será de um dia de pena para cada 12 horas de trabalho.

QUESTÃO 38

Durante a administração de um estabelecimento prisional, é necessário que sejam cumpridas certas normas referentes à distribuição dos presos no estabelecimento.

Considerando o que define a Lei nº 7.210/1984 acerca da alocação dos presos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os presos condenados com curso superior devem ficar separados dos demais.
- (B) O preso provisório e o condenado por sentença transitada em julgado poderão ficar segregados juntos, desde que respeitados critérios, como o tipo de crime cometido e a reincidência.
- (C) Os presos condenados são separados apenas pelo critério da primariedade e reincidência.
- (D) Não há critérios para a separação dos presos provisórios.
- (E) A mulher e o maior de 60 anos de idade, separadamente, serão recolhidos para estabelecimento próprio e adequado à respectiva condição pessoal.

QUESTÃO 39

Todos os presos condenados a penas privativas de liberdade estão submetidos às regras do sistema progressivo de execução, no qual, se cumpridos determinados requisitos, tais presos são transferidos para regime de execução menos rigoroso.

Considerando os critérios fixados na Lei de Execução Penal para a progressão de regime prisional dos condenados a penas privativas de liberdade, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime semiaberto.
- (B) A progressão de regime poderá ser determinada pelo diretor do estabelecimento prisional, desde que precedida de parecer do Ministério Público.

- (C) Se preenchidos determinados requisitos legais, o tempo a ser cumprido para a progressão de regime da condenada que for mãe de criança será de 1/8 da respectiva pena no regime anterior.
- (D) Somente poderá ingressar no regime aberto o condenado que estiver trabalhando.
- (E) Será imprescindível para a progressão de regime, além do cumprimento do critério temporal, a aprovação em exame criminológico realizado por profissionais da área da saúde.

QUESTÃO 40

Um condenado do regime fechado recebe a informação de que o próprio pai faleceu. Abatido pela notícia, o apenado reivindica a possibilidade de ir ao funeral do pai. Tal pedido é atendido, e determinado agente de segurança prisional é um dos escalados para fazer a escolta do preso.

Considerando essa situação hipotética e com base na Lei de Execução Penal, no que se refere à autorização concedida ao citado condenado para que ele pudesse acompanhar o funeral do pai, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi concedida ao condenado uma permissão de saída após simples concessão do diretor do estabelecimento prisional, não sendo necessária autorização judicial.
- (B) Foi concedida ao condenado uma permissão de saída após simples concessão do diretor do estabelecimento prisional, não sendo necessária a escolta do preso.
- (C) Foi concedida ao condenado, após imprescindível autorização do juiz da Vara de Execuções Penais, uma saída temporária.
- (D) Foi concedida ao condenado, após imprescindível autorização do juiz da Vara de Execuções Penais, uma permissão de saída.
- (E) Foi concedida ao condenado uma saída temporária após simples concessão do diretor do estabelecimento prisional, não sendo necessária autorização judicial.

QUESTÃO 41

A Lei de Execução Penal dispõe acerca dos departamentos penitenciários, especificando regramentos quanto à direção e ao pessoal dos estabelecimentos penais. Levando em consideração apenas esses regramentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em hipótese nenhuma é admitido que alguém do sexo masculino trabalhe em um estabelecimento penal destinado às mulheres.
- (B) Para ocupar o cargo de diretor de estabelecimento, o ocupante deverá possuir graduação no ensino superior em qualquer área de formação.
- (C) O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento penal deverá, obrigatoriamente, ser portador de diploma de nível superior de Direito.
- (D) O diretor de estabelecimento penal poderá cumular a respectiva função com qualquer outra na administração penitenciária ou fora dela.
- (E) No estabelecimento para mulheres, somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.

QUESTÃO 42

Uma das atribuições possíveis do agente de segurança prisional é operar qualquer tipo de monitoramento eletrônico relacionado ao indivíduo preso dos regimes fechado, semiaberto ou aberto ou submetido a qualquer tipo de medida cautelar prevista em lei. Nesse sentido, e a respeito das disposições previstas na Lei de Execução Penal, acerca da monitoração eletrônica, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser determinada pelo diretor do estabelecimento penal, quando da concessão da permissão de saída do condenado.
- (B) A fiscalização por meio da monitoração eletrônica poderá ser definida pelo juiz quando for determinada a prisão domiciliar, sendo o condenado instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico e de alguns deveres, tais como o de receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica.
- (C) A monitoração eletrônica somente poderá ser revogada caso o condenado viole os deveres a que está sujeito durante a vigência desta.
- (D) A monitoração eletrônica somente será possível nos casos de condenado em prisão domiciliar ou em regime aberto.
- (E) Quando o condenado que estiver sendo monitorado eletronicamente violar o próprio dever de receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, poderá, a critério do juiz da execução, receber uma falta grave e ter o respectivo benefício revogado, mas não poderá receber a sanção de regressão de regime.

QUESTÃO 43

Enquanto cumpria pena no regime fechado, J. O. R. tentou fugir da penitenciária em que estava; no entanto, não obteve êxito na sua fuga em virtude da rápida e eficiente ação dos agentes prisionais do local. Quanto a essa situação hipotética e conforme as disposições da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Em virtude da tentativa de fuga, J. O. R., após procedimento disciplinar, poderá ser punido com a sanção disciplinar de suspensão de direitos.
- (B) J. O. R. cometeu falta disciplinar média em virtude de a fuga não ter sido consumada, ficando sujeito apenas a sanção disciplinar de advertência.
- (C) A tentativa de fuga de J. O. R. não se constitui em falta disciplinar prevista na Lei de Execução Penal.
- (D) J. O. R. cometeu falta grave, entretanto, a sanção que lhe será aplicada sofrerá obrigatória redução em grau em virtude da fuga ter sido tentada.
- (E) J. O. R. cometeu uma falta grave tentada, devendo ser punido com inclusão em regime disciplinar diferenciado, a qual será determinada pelo diretor do estabelecimento prisional, dispensada a apreciação judicial de tal medida.

Área livre

QUESTÃO 44

Considerando que o cumprimento de pena deve ser pautado pela individualização da respectiva execução, bem como objetivar a integração social do condenado, a Lei nº 7.210/1984 dispõe acerca das medidas a serem tomadas. Nesse sentido, no que diz respeito às regras de classificação dos condenados dispostas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os condenados serão classificados segundo a respectiva periculosidade, que será medida, entre outros critérios, pelo fato de integrarem ou não facção criminosa.
- (B) Apenas os condenados por crime hediondo praticado dolosa ou culposamente serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de ácido desoxirribonucleico (DNA), por técnica adequada e indolor.
- (C) O condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto deverá ser submetido, no início da execução da pena, ao exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
- (D) A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação, que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.
- (E) A Comissão Técnica de Classificação, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, poderá apenas se valer de exames psiquiátricos os quais deverão ser realizados por profissionais específicos da área, e nada mais.

QUESTÃO 45

Suponha que R. T. E. seja um agente no exercício das funções na penitenciária de determinado município e que, em janeiro de 2018, se encontrava em atividades por ocasião da visitação semanal aos presos. Em virtude de um desentendimento entre familiares de dois presos, houve intensa comoção no pátio de visitas. Assim, foi necessário recolher mais cedo os presos para o interior das celas. Como R. T. E. era o responsável pelo deslocamento de parte dos presos, especificamente nesse caso, coube a ele fazer o traslado dos dois presos cujas famílias se desentenderam.

Considerando o caso concreto, bem como as Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, que estabelecem situações específicas para a utilização de instrumentos de coação no âmbito do desenvolvimento das atividades do sistema prisional, é correto afirmar que R. T. E.

- (A) deverá utilizar ferros para uma punição exemplar dos presos.
- (B) poderá realizar o traslado utilizando algemas por ordem do diretor, se outros métodos de controle falharem, a fim de evitar que o preso moleste a si mesmo, a outros ou cause estragos materiais.
- (C) poderá utilizar equipamento de lobotomia para imobilização total dos presos.
- (D) deverá empregar força física para uma punição exemplar dos presos no meio do pátio central.
- (E) poderá utilizar algemas para o deslocamento dos presos, mantendo-as por tempo indeterminado.

QUESTÃO 46

Considere hipoteticamente que P. F. G. e W. S. V. são agentes responsáveis pela condução de presos para as audiências perante o juízo da Comarca de Rosentão, situada no município de Adoroê, estado de Arentão. No dia 20 de março de 2017, foram designados para o transporte dos presos U. T. T., Y. J. K. e J. K. L. até o fórum, que fica a 70 km da Penitenciária Frumal.

Considerando o caso concreto, bem como as Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, que estabelecem regras para o traslado de presos no âmbito das atividades do sistema prisional, assinale a alternativa correta.

- (A) P. F. G. e W. S. V. deverão utilizar os veículos próprios, com total vedação de ar para impedir a fuga.
- (B) P. F. G. poderá, em face da distância, abastecer o respectivo carro e utilizá-lo no transporte de U. T. T. e de Y. J. K., podendo se recusar a conduzir J. K. L., que é seu desafeto de infância.
- (C) P. F. G. e W. S. V. deverão utilizar veículo descaracterizado e sem capota, para que os presos possam ser observados por todos no decorrer do traslado.
- (D) O transporte de U. T. T., de Y. J. K. e J. K. L. deverá ser parcialmente custeado pela administração do município, uma vez que a iniciativa privada é a responsável pela complementação do valor do traslado.
- (E) O transporte de U. T. T., de Y. J. K. e de J. K. L. deverá ser realizado de forma previdente, visando a protegê-los contra qualquer forma de insultos, curiosidade e publicidade.

QUESTÃO 47

Suponha que certa penitenciária esteja localizada no município de Tranquiri e constitui-se em estabelecimento prisional de segurança máxima, acolhendo presos condenados em face de sentença condenatória transitada em julgado, bem como aqueles provisoriamente constrictos. No âmbito das atividades de fiscalização e vigilância penitenciárias, as Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros estabelecem uma série de critérios específicos para a classificação e alocação dos presos no ambiente penitenciário. De acordo com essas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) P. R. F., agente responsável pelo acesso de visitas e advogados, deverá impedir acesso do advogado de T. O. P., preso provisoriamente, tendo em vista que as visitas dos advogados se restringem aos presos em virtude de sentença transitada em julgado.
- (B) U. T. G., agente responsável pela triagem de presos provisórios, poderá encaminhá-los para as celas destinadas aos presos condenados, diante da ausência de vagas para provisórios na instituição.
- (C) I. P. R., agente responsável pela triagem para o trabalho interno, deverá classificar os presos em conformidade com suas aptidões físicas e mentais, de acordo com a determinação do médico.
- (D) O. T. F., agente responsável pela triagem de presos no estabelecimento, deverá conduzir U. P. R., detido portador de doença psiquiátrica, às celas destinadas aos presos provisórios ante inexistência de vaga no estabelecimento.
- (E) O curso de formação para agente constitui condição prescindível para ingresso na carreira.

QUESTÃO 48

O ambiente prisional consiste em um local de constrição, fiscalização e vigilância, otimizando-se a gestão de presos, de modo a neutralizar situações de risco e empreender os objetivos ressocializadores da sanção penal. No âmbito de tais atividades, as Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros estabelecem uma série de regras específicas para situações emergenciais de contingência na ordem. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) O. D. F. poderá fazer uso de força estritamente necessária para evitar a fuga do preso.
- (B) S. F. T., agente em atividade plantonista, poderá utilizar armamento de uso exclusivamente militar em face da situação de risco a que se sujeita.
- (C) Q. G. H., agente recém-empossado, diante de uma situação de risco identificada por seu superior, poderá portar armamento de uso exclusivamente militar antes de ingressar no curso de manejo de armas, diante de uma situação de risco de rebelião.
- (D) U. S. F., agente do dia, em razão de uma rebelião emergente, deverá empreender o uso de força descomedida para fins de pacificação do ambiente.
- (E) U. S. D., agente responsável pela triagem, poderá recorrer à força física estritamente necessária diante de um cenário de rebelião e informar ao diretor do estabelecimento, se o caso se revestir de gravidade.

QUESTÃO 49

As disposições constitucionais acerca da remuneração dos servidores públicos já mereceram, várias vezes, interpretação por parte do Supremo Tribunal Federal. A esse respeito, de acordo com a jurisprudência, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao servidor que trabalha em regime de jornada reduzida não se aplica a vedação de remuneração inferior a um salário mínimo.
- (B) Nas hipóteses previstas constitucionalmente de acumulação de cargos públicos, o teto remuneratório será calculado sobre cada um deles, e não em relação ao somatório do que é recebido.
- (C) Desde que os provimentos nos cargos públicos tenham ocorrido antes da vigência da Emenda Constitucional nº 20/1998, admite-se a acumulação tripla de cargos e remunerações públicos.
- (D) Em caráter excepcional, reconhece-se a constitucionalidade de lei que estabelece normas para aplicação do salário mínimo profissional aos servidores estaduais, ainda que sem iniciativa legislativa do chefe do Poder Executivo, em face da cogência de direito fundamental social de categoria profissional específica.
- (E) O benefício do vale-alimentação integra a remuneração dos servidores públicos, sendo devido, portanto, aos inativos.

Área livre

QUESTÃO 50

No que concerne às disposições relativas à segurança pública, dispostas na Constituição do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando a natureza da função, em relação à periculosidade ou à insalubridade, a função policial é considerada perigosa e a do bombeiro militar, insalubre.
- (B) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para assegurar a preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente e o pleno e livre exercício dos direitos e das garantias fundamentais, individuais, coletivos, sociais e políticos, estabelecidos na Constituição da República e na Constituição do Estado de Goiás, composta pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar e pelo sistema da Polícia Penitenciária.
- (C) A humanização do sentenciado é elencada como um dos princípios da política penitenciária.
- (D) Aos sentenciados são garantidas, como etapa inicial ao processo de reintegração social, oportunidades de trabalho produtivo, que, ainda que não remunerado, visa a reparar civilmente os danos causados por ocasião da prática do ilícito penal e, também, à geração de bens de significativo valor social para as comunidades de onde provenham.
- (E) Além de lactários e de berçários, também de creches devem ser equipados os presídios femininos.

QUESTÃO 51

A Constituição Federal de 1988 impõe ao Estado o dever de operacionalizar os direitos e as garantias fundamentais. Acerca desse tema, assinale a alternativa em que esse dever estatal independe de qualquer requisito / restrição / condição constitucionalmente estabelecidos.

- (A) A liberdade de associação para fins lícitos.
- (B) O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.
- (C) A impossibilidade da concessão da extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (D) A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (E) A legitimidade das entidades associativas para representar os respectivos filiados judicial ou extrajudicialmente.

QUESTÃO 52

Acerca do conceito, das classificações e dos princípios fundamentais da Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) Constituição não escrita é o conjunto de regras não aglutinado em um texto solene, mas fundamentado em leis esparsas, costumes, jurisprudência e convenções.
- (B) Constituições outorgadas são as que derivam do trabalho de uma assembleia nacional constituinte composta por representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração.

- (C) Quanto à modificação de seu texto, constituição flexível é aquela que pode ser alterada por meio de processo legislativo mais dificultoso e específico do que o existente para as demais espécies normativas.
- (D) Quanto à forma, as constituições podem ser materiais ou formais.
- (E) Sintética é a constituição que regulamenta todos os assuntos que entendam relevantes à formação, à destinação e ao funcionamento do Estado.

QUESTÃO 53

Quanto à organização político-administrativa do Estado brasileiro e à administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) No federalismo brasileiro, é admissível a separação de um Estado-membro, mediante emenda constitucional aprovada por quórum qualificado de 2/3, consagrado no denominado direito de secessão.
- (B) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos legais, sendo vedados aos estrangeiros em razão do princípio da soberania mitigada.
- (C) Legalidade, moralidade, impessoalidade, eficácia e publicidade são os princípios constitucionais que regem a administração pública.
- (D) Os Estados-membros possuem autonomia e capacidade de normatização própria, autogoverno e autoadministração.
- (E) O candidato aprovado em concurso público de provas e títulos tem o direito subjetivo à nomeação, ainda que o edital não tenha previsto número específico de vagas.

QUESTÃO 54

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena poderá ser cumprida no mesmo estabelecimento, independentemente da natureza do delito, da idade e do sexo do apenado.
- (B) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
- (C) Em nome da segurança física e de acordo com o princípio da impessoalidade, é desnecessária a identificação ao preso dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- (D) O ordenamento jurídico brasileiro não autoriza a pena de morte em nenhuma hipótese.
- (E) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra serão comunicados imediatamente ao juiz competente. A Constituição não determina que tal comunicação seja feita à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

Área livre

QUESTÃO 55

J. F. C. e L. C. O., agentes de segurança prisional recém-empenhados, receberam ofício da Vara Criminal do Tribunal de Justiça local, situado em Goiânia/GO, para que seja providenciada a escolta de C. M. V., detento que se encontra no estabelecimento prisional de Catalão/GO. Preocupado com o tempo para o deslocamento, J. F. C. “convenceu” L. C. O. a levar o detento C. M. V. o quanto antes, sem a autorização da chefia imediata, responsável legal pela confecção da guia de traslado do detento, elaborando ele mesmo a guia. Nesse contexto, o ato administrativo contém vício de

- (A) forma.
- (B) conteúdo.
- (C) competência.
- (D) finalidade.
- (E) estrutura.

QUESTÃO 56

C. M. R., supervisor dos agentes de segurança prisional, durante curso de treinamento, estimulou os agentes a manterem o espírito de solidariedade, cooperação e lealdade para com os colegas de serviço. J. O. Q., agente de segurança prisional, não comunicou a C. M. R., seu chefe imediato, as irregularidades de que teve ciência, que foram cometidas por P. H. D., em razão de seu cargo, faltando com a verdade no exercício das respectivas funções, por má-fé, deixando de cumprir as leis e os regulamentos na esfera de suas atribuições. Instaurado processo administrativo disciplinar contra J. O. Q., após a instrução, a ampla defesa e o contraditório, a comissão processante concluiu o relatório pela punição de J. O. Q. Segundo a Lei Estadual nº 10.460/1988, essa punição foi a de

- (A) repreensão.
- (B) demissão.
- (C) exoneração.
- (D) recondução.
- (E) suspensão.

QUESTÃO 57

Suponha que E. P. O. tenha praticado ato administrativo com vício de forma, com o intuito de imprimir celeridade em demanda pautada pelos demais agentes de segurança prisional. A. T. R., agente de segurança prisional considerado como superior hierárquico, ao ver o ato praticado, verificou a possibilidade de ser um vício sanável. Se não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, em relação ao ato administrativo praticado por E. P. O., A. T. R. poderá

- (A) revogá-lo.
- (B) declará-lo nulo.
- (C) anulá-lo.
- (D) convalidá-lo.
- (E) declará-lo inválido.

Área livre

QUESTÃO 58

C. L. V., agente de segurança prisional, estava realizando sua ronda habitual durante o respectivo turno, quando observou que dois detentos – R. M. V. e J. O. M. – estavam em vias de fato no momento do “banho de sol”. Ao tentar separá-los, utilizou-se de força desproporcional, amarrando os dois detentos com uma corda, a qual causou lesões contusas em ambos os detentos. Essa situação hipotética representa caso de

- (A) excesso de poder.
- (B) desvio de finalidade.
- (C) estrito cumprimento do dever legal.
- (D) desvio de poder.
- (E) abuso de direito.

QUESTÃO 59

Com a chegada das chuvas, uma tempestade assolou os estabelecimentos prisionais do Estado de Goiás. Em três deles, dez celas que estavam com detentos recolhidos tiveram a cobertura destruída pelas fortes chuvas, sem causar danos físicos aos detentos. O fato foi comunicado a A. G. R., responsável pelo setor de compras do sistema prisional. No que tange a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação é inexigível.
- (B) Em razão da situação emergencial, é o caso de dispensa de licitação.
- (C) Nesse caso, a licitação é dispensada.
- (D) Esse é o caso de dispensa de licitação, pois tem como característica principal o rol exemplificativo de situações.
- (E) Como regra geral, a contratação direta dispensa a observância de um procedimento formal prévio, sobretudo em virtude da emergência do caso em apreço.

QUESTÃO 60

Considere hipoteticamente que M. C. S. e L. N. L., agentes de segurança prisional, acompanhem e fiscalizem a movimentação de presos no interior da unidade prisional. Em determinada cela, restringiram o acesso dos presos para revistar os detentos e as instalações do local. Essa conduta dos agentes de segurança prisionais está fundada no poder

- (A) regulamentar.
- (B) disciplinar.
- (C) hierárquico.
- (D) de polícia.
- (E) normativo.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A população carcerária brasileira, em junho de 2017, na última atualização do INFOPEN, era de 726.354 presos. Segundo o mesmo levantamento, desde o ano de 2000, a taxa média de crescimento da população carcerária brasileira, por ano, é de 7,14%. Assim, a taxa de aprisionamento – que é calculada pela razão entre o número total de pessoas privadas de liberdade e a quantidade populacional do País – aumentou mais de 150% entre os anos de 2000 e 2017.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo que indique, segundo a Lei nº 7.210/1984, os objetivos da execução penal no Brasil e os meios ou os instrumentos que tal diploma legal dispõe para a efetivação desses objetivos, explicando-os.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	